



**Tema Central : Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil**

**O SUS que queremos: da luta no território ao Projeto de País**

Participar do processo das conferências é exercer diretamente a democracia participativa, transformar a indignação do cotidiano em ação política coletiva. Quanto maior nossa capacidade de mobilização, maior a força para disputar a incidência das diretrizes das Conferências na efetivação de Políticas Públicas, alinhadas as pautas e temas prioritários indicados a partir das necessidades sociais em saúde da população.

Sabemos da centralidade dos interesses econômico-financeiros, das elites dominantes e do imperialismo internacional, como os Estados Unidos, que incidem nas pautas políticas e no Estado. Por isso, a 18ª Conferência Nacional de Saúde traz como tema central a soberania nacional, vinculada diretamente a diferentes projetos de desenvolvimento em disputa.

Temos que enfrentar impasses históricos estruturantes como as reformas tributárias, agrária e urbana, a refundação (substituiria refundação por DEFESA) do SUS e da seguridade social como forma de redistribuição de renda e justiça social, para diminuir as desigualdades do nosso país. É a reafirmação do modelo civilizatório que construiu o ideário da Reforma Sanitária.

A defesa de um Estado que garante direitos, sustentado por um modelo de crescimento/desenvolvimento que representa justiça social, diminuição das desigualdades sociais, enfrentamento dos interesses de grandes grupos financeiros e das Big techs<sup>1</sup>sobre as instituições, pressupõe a retomada de um projeto de desenvolvimento que busque superar a dependência externa

Precisamos entender a complexidade do avanço do neoliberalismo e o processo de reestruturação do mundo do trabalho, que tiveram

---

<sup>1</sup> São as grandes corporações globais de tecnologia (Apple, Google/Alphabet, Meta, Amazon, Microsoft, e às vezes Nvidia e Tesla) que dominam o mercado digital, serviços em nuvem e publicidade. Elas atuam com alto poder econômico e político, influenciando o consumo, a tecnologia e a regulação



consequências políticas, econômicas e sociais devastadoras para a classe trabalhadora.

No centro desse debate está a proteção ao trabalho decente<sup>2</sup>. — vivemos um cenário de uberização das formas de trabalho, que tem sido incorporada no Estado numa lógica de empresariamento da Saúde<sup>3</sup> ataque ao direito dos servidores públicos e precarização da força de trabalho no SUS. Diante disso, torna-se essencial enfrentar as dívidas históricas como a carreira do SUS, financiamento suficiente e adequado e, no âmbito geral, a revogação da Reforma Trabalhista e combate à precarização e à informalidade.

As mudanças da nova fase do capitalismo ultraliberal redefiniram o mundo do trabalho e esvaziou lutas coletivas, incidindo em modos de subjetivação individualistas que se retroalimentam na precarização da vida, diminuição e esvaziamento do Estado e o processo de desindustrialização. O trabalhador e a luta coletiva, foram substituídos pela ideia de “empreendedor de si” reforçados pela lógica da meritocracia que desvia a reprodução social dos interesses do capital, repassando para o indivíduo a responsabilização por seu sucesso e seu fracasso, e assim tangenciando o foco dos direitos sociais e do dever do Estado na garantia desses direitos. Temos como consequências o esvaziamento da participação, a negação da existência de diferentes modelos de sociedade em disputa – despolitizando o debate e negando a existência das ideologias. Esse cenário, com o avanço das redes sociais, criam condições para a emergência de narrativas sustentadas por fake news, com a crescente propagação de ideias negacionistas de combate à ciência, incitação ao medo, ao ódio e à guerra em meio ao cenário de instabilidade e restrição de direitos.

---

<sup>2</sup> O conceito de **Trabalho Decente** da Organização Internacional do Trabalho (OIT), formalizado em 1999, define um trabalho produtivo e de qualidade, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Envolve remuneração justa, proteção social, respeito aos direitos fundamentais e diálogo social, visando a superação da pobreza e o desenvolvimento

<sup>3</sup> O empresariamento do SUS refere-se ao processo de introdução de lógicas de mercado, gestão privada e terceirização na administração de serviços públicos de saúde no Brasil. Este fenômeno envolve a transferência da gestão de unidades públicas para entidades privadas, como Organizações Sociais (OSs)



Como consequências, cresce o adoecimento mental da população em geral, o esgarçamento de laços de solidariedade, o intenso uso de telas, substituindo a interação real pela virtual, o aumento da escala da violência em geral, com destaque para violência contra as mulheres, jovens sem estímulo para o estudo e sem perspectiva de trabalho digno, aumento do adoecimento em geral no trabalho (escala 6X1), com destaque para o aumento do sofrimento e transtornos mentais decorrentes do trabalho.

A ilusão do individualismo a serviço da lógica de mercado, impõe a perda do sentido social do trabalho e do pertencimento social, além da falta de horizontes. Assim, a defesa de um modelo econômico centrado no bem-estar, que seja intergeracional e garanta o presente e o futuro, com responsabilidade ambiental e justiça social, pode dar pistas para apontar caminhos que superem o esvaziamento da participação social direta. Esse texto busca ser um ativador do debate sobre o tema central da Conferência e apresentou a defesa do SUS constitucional e o Estado necessário para garantir os direitos da população. Para ampliar a conversa e aprofundar o debate, foram incluídas as reuniões de todos os Conselhos Distritais do mês de maio, para mobilizar e preparar para a participação nas Pré-Conferências Temáticas que debateram os eixos propostos para a 18ª Conferência Nacional de Saúde, conforme seguem abaixo:

- I - Democracia, saúde como direito e soberania nacional
- II - Financiamento adequado e suficiente para o SUS, baseado em justiça tributária;
- III - Desafios do SUS: emergências climáticas e justiça socioambiental; e
- IV - Modelo de atenção e gestão, territórios integrados e cuidado integral.

## **COMISSÃO DO TEMÁRIO, RELATORIA E DOCUMENTAÇÃO DA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

